

Relatório da Audiência n.º [32-COFMA-XIII](#)

Dia: 6 de novembro de 2017

ENTIDADE: AICE - Associação dos Industriais da Construção de Edifícios

ASSUNTO: *Orçamento do Estado para 2018*

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Paulo Trigo Pereira (PS), Vice-Presidente da Comissão;
- Margarida Balseiro Lopes (PSD);
- Bruno Dias (PCP)

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Vice-Presidente, Deputado Paulo Trigo Pereira, deu as boas vindas aos representantes da AICE, dando nota do modo de condução dos trabalhos e do conhecimento que, posteriormente, seria dado a todos os membros da Comissão quanto ao teor da audiência.

A delegação da AICE agradeceu o agendamento da audiência, e enquadrou a atividade da Associação e dos seus membros, começando por alertar para os riscos sísmicos. Notou que o Adicional de Imposto Municipal sobre Imóveis (AIMI) incide sobre empresas muito antigas e que, notando não tem nada contra o taxar das grandes fortunas, a taxação de terrenos terá repercussões no produto final. Realçou também a dificuldade dos membros da Associação em cumprir todos os regulamentos, que considera, igualmente, muito dispersos. Referiu ainda outros aspetos como a existência de poucos imóveis para venda, a má construção, a falta de renovação de imóveis. Solicitou que não se aumentassem os encargos para as empresas.

Em sede de debate, a Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD) sublinhou que o PSD é contra o AIMI, defendendo que o mesmo é um imposto mal construído e não tem um objetivo. Anunciou uma proposta de eliminação do imposto, considerando-o um ataque à poupança e ao investimento. Notou que o período de “sufoco” já passou, sustentando que esta é mais uma razão para não perceber o porquê do imposto.

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) declarou valorizar a atividade da AICE, agradecendo os seus contributos. Referiu-se à importância das Pequenas e Médias Empresas e, no que toca à política fiscal, afirmou que é um erro olhar apenas para a receita. Notou que os impostos deverão ter uma função redistributiva da riqueza nacional e que a incidência sobre a compra de imóveis para reabilitação não era o objetivo do AIMI. Defendeu a realização de uma reflexão sobre esta matéria e acrescentou que o PCP está a efetuar-lá. Mencionou ainda à [Resolução da Assembleia da República n.º102/2010](#), de 11 de agosto - *Adopção de medidas para reduzir os riscos sísmicos*.

O Senhor Vice-Presidente, na qualidade de Deputado do PS, aludiu à ideia de justiça fiscal, recordando que há sempre pontos menos positivos. Sustentou que ainda se verifica um período de “aperto”, não havendo folga orçamental. Pediu à AICE para remeter propostas aos Grupos Parlamentares. Relativamente aos riscos sísmicos, declarou que Lisboa não está preparada e defendeu que esta é uma matéria que poderia estar prevista no OE, acrescentando que se deveriam prever incentivos para estes efeitos.

A AICE confirmou que não há incentivo no aspeto dos riscos sísmicos e adiu que há formas de reabilitação urbana que não paga impostos.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos apresentados pela AICE e deu por encerrada a audiência.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a gravação, pode ser consultada na [página internet da Comissão](#), pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 6 de novembro de 2017

O Vice-Presidente da Comissão

Paulo Trigo Pereira